



**MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011**



## Índice

Índice .....	2
1 - Introdução.....	3
2 - Análise Orçamental .....	5
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas .....	5
2.2 - Execuções orçamentais .....	5
3 - Despesas com o pessoal .....	7
4 – Balanço e Demonstração de Resultados .....	9
4.1 - Balanço.....	9
4.2 – Demonstração de resultados .....	12
5 – Situação Financeira.....	15
5.1 – Análise de Rácios .....	16
5.2 – Endividamento.....	18
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício .....	20



## 1 - Introdução

De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2011, tendo por objectivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da citada Lei, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 2/2007, de 15/01 - Lei das Finanças Locais (LFL).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

Em 2011 o país atravessou uma grave crise económica que afetou todos os agentes, sendo que os Município também foram exceção. O agravamento das medidas de austeridade já iniciadas em 2010, tiveram impacto profundo nas contas do Município de Celorico da Beira, nomeadamente a nível da diminuição das receitas no que diz respeito aos fundos estatais. Houve também várias situações relacionadas com as empresas dos sistemas multimunicipais



de fornecimento de águas e tratamento de resíduos, que colocaram em causa o funcionamento desta instituição, através de penhoras em contas bancárias e que trouxeram graves dificuldades de tesouraria cujas consequências se arrastaram ao longo do ano de 2011. Outras situações herdadas de anteriores executivos contribuíram para o aumento da dívida a terceiros, de onde se destacam dívidas relacionadas com a habitação social no valor de 1.303.431€ e ensino, sendo 240.000€ de dívida à Escola Profissional Beira Serra e 27.500€ à Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Celorico da Beira, totalizando estes valores a quantia de 1.570.931€. Todas estas situações atrás mencionadas serão enquadradas e detalhadas mais à frente neste relatório. É de salientar ainda que apesar destas dificuldades, o Município em 2011 conseguir dar início a alguns investimentos importantes para o concelho financiados por fundos comunitários, de onde se destacam as obras do Parque Industrial da A25, a requalificação das margens do rio Mondego, Pista de Pesca da Ratoeira e beneficiação da Estrada Municipal 1102. Houve também grande investimento em obras por administração direta que serão detalhadas mais adiante neste relatório.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram no ano de 2011. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual. Sempre que for necessário serão apresentados gráficos e quadros de modo a simplificar a análise.



## 2 - Análise Orçamental

As percentagens de execução orçamental no ano de 2011 foram de 40,99% na despesa e 42,25% na receita, uma diminuição face ao ano anterior, visto que em 2010 a contração do empréstimo afeto ao Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado (PREDE) aumentou substancialmente os valores das execuções orçamentais nesse mesmo ano. Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas no mapa de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais:

### 2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Receitas Correntes</b>	4.946.721	5.476.798	5.788.970	6.119.861	6.693.303	6.435.777
<b>Despesas Correntes</b>	5.297.854	6.148.396	6.869.607	6.783.547	9.501.616	7.379.987
<b>Outras receitas</b>	4.629	8.447	339	62	346	270.077

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Receitas de Capital</b>	3.636.812	3.547.421	5.201.897	3.667.455	7.311.646	2.750.782
<b>Despesas de Capital</b>	3.100.452	3.035.898	4.127.925	3.011.914	4.479.215	1.865.220

### 2.2 - Execuções orçamentais

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Receitas Correntes</b>	47,90%	55,75%	47,03%	47,03%	43,79%	47,25%
<b>Receitas de Capital</b>	34,34%	31,84%	33,73%	25,84%	73,18%	32,16%
<b>Total Geral</b>	41,02%	43,04%	39,63%	35,93%	55,42%	42,25%

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Despesas Correntes</b>	51,88%	60,16%	51,67%	47,50%	62,26%	52,71%
<b>Despesa de Capital</b>	28,95%	28,21%	28,59%	23,41%	44,83%	21,81%
<b>Total Geral</b>	40,14%	43,77%	39,66%	36,08%	55,36%	40,99%



	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Execução do PPI</b>	55,34%	25,69%	35,84%	26,99%	38,93%	45,00%

Da análise destes quadros nota-se que em 2011, à semelhança dos anos anteriores, o valor das despesas correntes foi superior ao das receitas corrente, causando um grande desequilíbrio orçamental. Numa análise mais histórica, verifica-se que desde a implementação do POCAL em 2002 que o Município nunca conseguiu cobrir as despesas correntes com as receitas correntes, não conseguindo dar cumprimento ao princípio de equilíbrio orçamental previsto no POCAL. Esta situação prende-se com a incapacidade do Município gerar receitas próprias, estando quase exclusivamente dependente dos fundos estatais, e com o facto de ao longo dos anos se ter criado uma estrutura de despesas correntes demasiado pesada para as receitas existentes. Deve-se salientar ainda que em 2011 houve um montante anormal de “outras receitas”, devido ao facto de terem sido usadas verbas provenientes de operações de tesouraria para financiar despesas orçamentais correntes, situação esta que resultou de penhoras efetuadas nas contas bancárias afetas a operações de tesouraria, pela empresa “Águas do Zêzere e Côa”. Estas penhoras e outras realizadas em 2011 encontram-se explicadas detalhadamente num ofício remetido às entidades fiscalizadoras, cuja cópia se encontra anexa a esta prestação de contas. Informa-se também que foi utilizado o saldo da gerência anterior conforme o recomendado pela DGAL em novembro de 2011.



### 3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os valores de 2011 são os seguintes:

	2010	2011	Diferença
Remunerações	3.990.551,42	3.289.186,31	<b>-701.365,11</b>
Encargos Sociais	816.249,87	668.948,00	<b>-147.301,87</b>
	<b>4.806.801,29</b>	<b>3.958.134,31</b>	<b>-848.666,98</b>

A redução em termos de despesas com pessoal que se verifica em 2011 prende-se com o cancelamento da transferência de competências do pessoal não docente das escolas cujo acordo tinha sido assinado com o Ministério da Educação. Os custos que o Município estava a suportar eram demasiado elevados, e com o incremento de medidas de austeridade esses custos iriam tendencialmente aumentar pelo que se optou pela rescisão do acordo nos termos do mesmo em inícios julho de 2011. Houve também uma acentuada redução de contratos a termo certo.

Em termos de limites com as despesas com o pessoal, e de acordo com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 06/04, na redação dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09, e de acordo com a Brochura n.º 5 do SATAPOCAL, os valores para 2011 são os seguintes:



**Despesas 2011:**

<b>Pessoal do Quadro</b>		
<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Despesa</b>
010103	Pessoal dos Quadros – Regime da Função Pública	
010104	Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de Trabalho	2.200.498,56 €
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	1.638,90 €
01011301	Subsídio de Refeição – Pessoal dos Quadros	205.976,26 €
01011401	Subsídio de Férias e de Natal – Pessoal dos Quadros	377.475,26 €
<b>Total</b>		<b>2.785.588,98 €</b>

<b>Pessoal do fora Quadro</b>		
<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Despesa</b>
010106	Pessoal Contratado a Termo	265.200,54 €
010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	24.318,00 €
010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	72.270,61 €
01011302	Subs. de Refeição – Pessoal em Qualquer Outra Situação	52.374,30 €
01011402	Subs. de Férias e de Natal – Pessoal Qualquer Outra Situação	42.670,61 €
<b>Total</b>		<b>456.834,06 €</b>

**Limites 2011:**

<b>Total de receitas correntes 2010</b>	<b>Limite pessoal do quadro 2011 (60%)</b>	<b>Limite pessoal fora do quadro 2011 (25% dos 60%)</b>
6.693.303,14 €	4.015.981,88 €	1.003.995,47 €

<b>Despesas c/ pessoal</b>	2.785.588,98 €	456.834,06 €
<b>Folga</b>	<b>1.230.392,90 €</b>	<b>547.161,41 €</b>
<b>% utilizada</b>	<b>69%</b>	<b>46%</b>

Como se pode verificar, o Município encontra-se muito abaixo dos limites legais. É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu mensalmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.





## 4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

### 4.1 - Balanço

- Classe 4 - Imobilizado:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011-2010
<b>Imob. Domínio Público</b>	22.876.121	22.371.149	23.498.536	24.338.332	24.390.980	24.470.139	79.159
<b>Imob. Corpóreo</b>	14.851.691	14.500.960	15.951.626	16.279.867	15.753.696	16.866.783	1.113.087
	<b>37.727.812</b>	<b>36.872.109</b>	<b>39.450.162</b>	<b>40.618.199</b>	<b>40.144.675</b>	<b>41.336.922</b>	<b>1.192.247</b>

Da análise desta classe do balanço verifica-se um aumento do património da Autarquia comparativamente ao ano anterior tanto nos bens de domínio público como nas imobilizações corpóreas deduzidas das respetivas amortizações, sendo que grande parte desse aumento deve-se à contabilização em conferência dos apartamentos da habitação social localizada no Bairro de St<sup>a</sup> Luzia, no montante de 1.303.431€.



### - Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2011 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em anos posteriores, como por exemplo os impostos municipais. No que diz respeito a comparticipações de candidaturas apresentadas, os valores a receber passaram a ser contabilizados na conta “26829 – Comparticipações por receber”.

### - Conta 59 – Resultados transitados

O resultado negativo desta conta em 2011 foi agravado devido à aplicação dos resultados líquidos negativos de 2010 no valor de 1.886.108,31€.

### - Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011-2010
<b>Dívidas a 3ºs de Curto Prazo</b>	10.902.553	8.583.445	8.968.887	10.831.277	9.303.372	15.317.380	6.014.008
<b>Dívidas a 3ºs de MLP</b>	8.059.069	10.164.781	11.210.950	10.255.822	13.364.484	9.481.659	-3.882.825
	18.961.622	18.748.226	20.179.838	21.087.099	22.667.856	24.799.039	2.131.183

Comparativamente ao ano anterior passou-se a evidenciar no curto prazo, os empréstimos de médio e longo prazo a pagar em 2012, daí a alteração dos valores das dívidas a terceiros entre 2010 e 2011, mas no global verificou-se um aumento de 2.131.183€, justificado essencialmente por condenações em processos judiciais (267.500€) e dívidas relacionadas com a habitação social



(1.303.431€). Existe também um aumento relacionado com faturação das obras cofinanciadas iniciadas em 2011 no montante de 216.773,41€ relativos à EM 1102 e 54.638,89€ relativos ao parque industrial da A25, que têm uma contrapartida da receita a receber na conta “26829 – Participações por receber” do ativo. É de mencionar ainda a conta “2614 – Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo” onde tendo em conta critérios da boa gestão, decidiu-se novamente considerar nesta conta as dívidas de fornecedores com acordos de pagamento superior a um ano, como dívida de médio e longo prazo.

- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2011 e que apenas serão pagos em 2012, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal, etc..

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser



diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.

#### **4.2 – Demonstração de resultados**

##### **- Conta 67 - Provisões do exercício**

Esta conta reflete a criação de provisões para riscos e encargos, resultantes de alguns processos judiciais em curso.

##### **- Conta 69 – Custo e perdas extraordinárias**

Aqui estão incluídos os encargos com faturas de anos anteriores mas que só foram contabilizadas em 2011, regularizações de existências, uma restituição à CCDRC no valor de 227.855,52€ relacionada com a transferência do projetos do QCA III para o QREN, bem como os custos relacionados com os processos judiciais.

##### **- Contas 71 – Vendas e prestações de serviços**

Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança de água e saneamento aos munícipes. Em 2011 houve uma reclassificação das receitas não sendo mais utilizadas as contas “7112+7113”.



- Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP.

- Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos trabalhos para a própria entidade, que em 2011 foram valorizados em 361.077,83€. Deste montante valorizado 223.568,27€ foram contabilizados diretamente nas contas de imobilizado, e os restantes 137.489,56 foram apurados das contas de custos e dos dados obtidos da contabilidade analítica tal como mão-de-obra e gastos de viaturas, que se encontram refletidos na conta 75 da Demonstração de Resultados. As obras efetuadas foram as seguintes:

Balneários do polidesportivo de Casas de Soeiro	11.835,43
Reabilitação da EB1 Espinheiro – Santa Maria	7.558,35
Estacionamento das antigas bombas da Repsol – S. Pedro	2.637,32
Reabilitação do forno comunitário da Aldeia Rica	3.737,72
Muro junto à fonte da Amieira – Minhocal	15.146,76
Muro em pedra na Rua das Boicinhas – Ratoeira	5.087,90
Construção do alpendre na capela de Celorico Gare	1.542,91
Requalificação da Rua M. Anacleto Guerreiro e Rua do Freixo – Lajeosa	22.868,83
Drenagem de águas pluviais EN 102 – Celorico Gare	32.559,57
Passeios em frente às bombas da Repsol – EN 102	466,44
Muro na rua dos ciganos (Picoto) – Lavandeira	3.840,89
Obras na Quinta dos Ramos – Santa Maria	713,03
Rua da Fonte da Pipa – São Pedro	991,54
Obras nas traseiras do mercado municipal – São Pedro	2.159,31
Drenagem de águas pluviais em Linhares da Beira	895,35
Reabilitação EB1 Celorico Gare	2.991,81
Alargamento da Rua da Carreira – Velosa	2.316,43
Loteamento das Ingotas	8.017,73
Mini-campo – Tapada das Chãs	2.095,31
Requalificação das margens do rio Mondego – Ratoeira	629,31
Parque Industrial A25	2.542,34
Muro Montalto – Ratoeira	6.855,28
	<b>137.489,56</b>



- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, redução de provisões, a utilização das receitas de operações de tesouraria em consequência das penhoras efetuadas na respetiva conta bancária, bem como a especialização das receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios.

- Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município registaram um valor negativo de 537.183,79€. Este valor deve-se ao aumento dos custos com aquisições de materiais e abastecimento de água, a um aumento dos custos extraordinários já mencionados anteriormente, bem como a uma diminuição das transferências obtidas, nomeadamente dos fundos estatais. Não se deve negligenciar a redução do FEF, que de acordo com os valores constantes nos mapas orçamentais houve uma redução em cerca de 210.792€ face ao recebido em 2010, sendo que o valor de 2010 já tinha sofrido um corte de 5% face a 2009.



## 5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município de Celorico da Beira à semelhança do país em geral é muito débil. O montante compromissos assumidos e não pagos acumulados ao longo da última década, o endividamento excessivo, as poucas fontes de receita e as medidas de austeridade agravam a situação de desequilíbrio financeiro da Autarquia. À semelhança do ano anterior houve mais cortes no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) transferidos para os Municípios, o que no nosso caso se refletiu num montante de 210.792€ como já tinha sido referido anteriormente neste relatório. Para além desta redução no FEF, continuaram a ser feitas retenções para o Serviço Nacional de Saúde que em 2011 totalizaram 78.537€, valor esse baseado numa estimativa das despesas realizadas em 2010.

À semelhança de anos anteriores o Município em 2011 foi alvo de vários processos judiciais, de onde se destacam a condenação no processo da Escola Profissional de Beira Serra no montante de 240.000€, referente a material retirado da escola em 1998 pelo executivo em exercício na altura e que nunca foi devolvido, 27.500€ pela Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Celorico da Beira, relativos à apropriação ilegal do edifício da creche “O Moinho” em 1999, bem como vários outros processos instaurados pelas empresas “Águas do Zêzere e Côa” e “Resiestrela”. Os processos instaurados por estas duas últimas empresas culminaram em penhoras nas contas bancárias do Município que trouxeram várias dificuldades de tesouraria ao Município, obrigando o recurso a um descoberto bancário no



valor de 350.000€ junto da Caixa Geral de Depósitos, bem como à penhora de valores incluídos na conta afeta às Operações de Tesouraria que continha verbas que não pertenciam ao Município tais como cauções de empreiteiros e descontos dos funcionários. Estas penhoras e o respetivo impacto contabilístico foram comunicados às entidades fiscalizadoras através de ofício, cuja cópia se encontra anexa a esta prestação de contas tal como já foi referido anteriormente neste relatório. As penhoras efetuadas e contabilizadas em 2011 encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

Executante	Conta Bancária	Processo	Valor penhorado	Data do desconto
Resiestrela	962530	64/2010.9BECTB	462.000,00 €	08-06-2011
Águas do Zêzere e Côa	OT's	610/09.0BECTB-A	89.520,14 €	02-02-2011
Águas do Zêzere e Côa	OT's	503/09.1BECTB	150.641,46 €	30-11-2010
Águas do Zêzere e Côa	OT's	686/09.0BECTB	25.000,00 €	24-03-2011
Granbeira	OT's	41/10.0TBCL	1.983,12 €	25-05-2011
Isolfrei Penhora	OT's	316/09.0TJVNf-A	57.666,40 €	03-08-2010
Instituto Socorros a Náufragos	OT's	78/11.1TBCLB	750,00 €	24-11-2011
Águas do Zêzere e Côa	422930	760/09.3BECTB-A	70.573,04 €	22-12-2011
Águas do Zêzere e Côa	Educação	760/09.3BECTB-A	3.053,06 €	22-12-2011
Águas do Zêzere e Côa	Águas	760/09.3BECTB-A	11.261,43 €	22-12-2011
			<b>872.448,65 €</b>	

## 5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>1 Solvabilidade (FP/P)</b>	40%	39%	37%	36%	29%	28%
<b>2 Autonomia Financeira (FP/A)</b>	28%	28%	27%	26%	22%	20%
<b>3 Liquidez Geral (A circ/P circ)</b>	5,63%	20,98%	28,61%	20,30%	23,12%	17,71%

1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

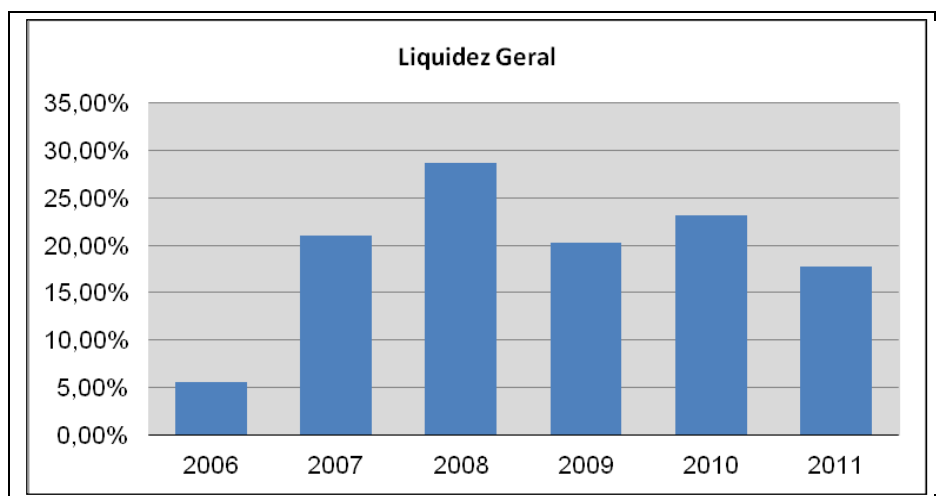
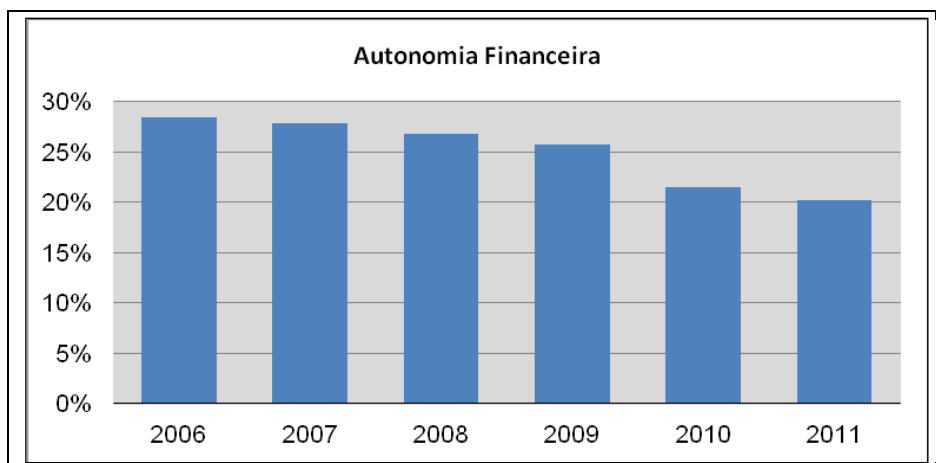
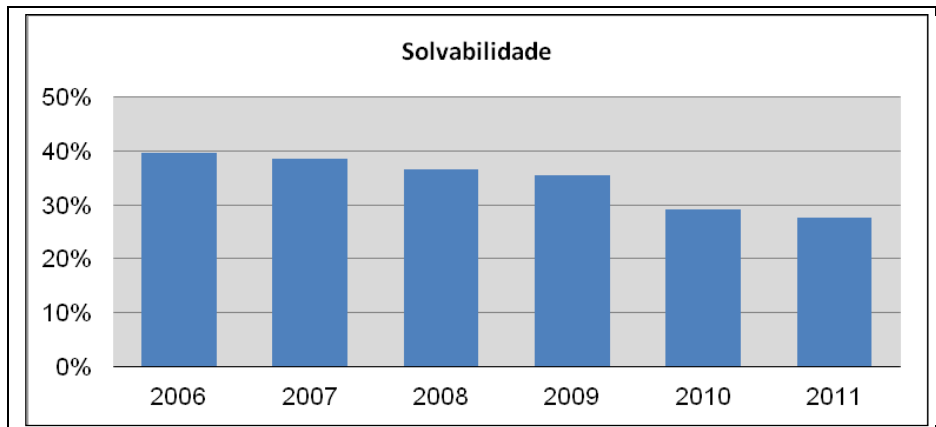
2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;





**Gráficos:**





## 5.2 – Endividamento

Em termos de endividamento líquido a evolução do mesmo é demonstrada no quadro seguinte:

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Limite Endiv. Líquido</b>	7.211.889	7.600.980	7.921.863	8.320.350	15.120.641
<b>Endividamento Líquido</b>	14.005.641	13.544.252	14.892.071	17.607.683	18.407.801
<b>Excesso</b>	6.793.752	5.943.271	6.970.208	9.287.333	3.287.160

<b>Excesso a 01-01-2011 *</b>	<b>Excesso a 31-12-2011</b>	<b>Agravamento</b>
1.566.727	3.287.160	109,81%

\* O excesso a 01-01-2011 difere do excesso a 31-12-2010 por causa dos critérios da DGAL no cálculo dos limites do endividamento e do método de cálculo dos limites impostos pelo art. 53º do Orçamento de Estado de 2011.

Em 2011, houve um agravamento do endividamento líquido em 109,81% de acordo com os nossos cálculos, não sendo possível efetuar a redução de 10% do excesso de endividamento. O valor do limite de endividamento difere muito dos anos anteriores visto que para 2011 o limite foi calculado de maneira diferente tendo em conta o art. 53º da Lei de Orçamento de Estado para 2011, daí a diferença nos valores dos excessos. À semelhança do ano anterior, este agravamento está relacionado com os cortes nas transferências do FEF para o Município como já foi referido anteriormente, com o constante aumento das tarifas de água cobradas ao Município, com o aumento da dívida relacionada com o tratamento de resíduos sólidos, mas essencialmente temos um aumento devido à contabilização de 1.303.431€ de dívida à “MRG – Construções S.A.” relacionados com a habitação social do Bairro de Stª Luzia, bem como da



contabilização de 240.000€ de dívida à Escola Profissional Beira Serra e 27.500€ à Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Celorico da Beira. A situação da habitação social resulta de compromissos assumidos por executivos anteriores que não foram pagos na devida altura e nem foram acautelados os meios de financiamento, pelo que foi necessário contabilizar a dívida para que a mesma pudesse ser incluída no plano de reequilíbrio financeiro do Município de forma a garantir um meio de financiamento. Mais se informa ainda relativamente a esta questão da habitação social, que a “MRG – Construções S.A.” já avançou no corrente ano de 2012 com um processo no Tribunal Administrativo de Castelo Branco contra o Município com vista o pagamento dos montantes em dívida.

Assim, conforme já foi reconhecido no ano anterior a situação do Município de Celorico da Beira é de desequilíbrio financeiro estrutural, situação essa que será declarada numa Assembleia Municipal extraordinária a realizar após a Assembleia ordinária do mês de abril de 2012, devidamente acompanhada pelo respetivo plano de reequilíbrio financeiro conforme o estipulado na Lei das Finanças Locais.

Mais se informa que tendo em conta o disposto no art. 15º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos), anexa-se a esta prestação de contas as declarações relativas aos pagamentos e recebimentos em atraso, bem como a declaração relativa aos compromissos plurianuais a 31-12-2011.



## 6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício, foi negativo no valor de 537.183,79€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

O Presidente da Câmara

---

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)